

**HABEAS CORPUS Nº 476.642 - PE (2018/0287407-2)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ANA KARLA VANDERLEI CAVALCANTI PÉREZ - PE018340**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : DANILO THIERRY MORAES FERREIRA**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS, NAS MODALIDADES CONSUMADA E TENTADA, E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. ALEGAÇÃO SUPERADA. INSTRUÇÃO PROCESSUAL CONCLUÍDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 52/STJ. PEDIDO DE HABEAS CORPUS PREJUDICADO.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DANILO THIERRY MORAES FERREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco proferido no HC n.º 0003161-43.2018.8.17.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, c.c. o art. 14, inciso II, todos do Código Penal, e no art. 244-B da Lei n.º 8.069/1990. Ao receber a denúncia, em **15/09/2016**, o Juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do Paciente.

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 56):

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO, HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DATA RELATIVAMENTE PRÓXIMA. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA JUÍZA SINGULAR. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.*

*I - Não há constrangimento ilegal a ser sanado por excesso de prazo, tendo em vista que o feito originário encontra-se com audiência de instrução e julgamento designada para data próxima, dia 02/10/2018, às 11:00 horas, não se verificando, dessa forma qualquer desídia da autoridade apontada coatora, que imprime andamento regular ao feito.*

*II - Ordem denegada. Decisão unânime."*

Neste *writ*, a Impetrante sustenta que há excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 78-79.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 83-119.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 123-130, opinando pela concessão da ordem.

É o relatório. Decido.

A Impetrante discute, neste *habeas corpus*, exclusivamente a existência de alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo da prisão preventiva.

Ocorre que, conforme informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, a instrução processual já foi encerrada, em 09/01/2019, tendo sido as partes intimadas para apresentação de alegações finais.

Dessa forma, nos termos da Súmula n.º 52/STJ: "[E]ncerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Nesse sentido:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS, CONSUMADO E TENTADO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FRIEZA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. PLEITO DE REVOGAÇÃO. MOTIVAÇÃO ADEQUADA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. PREJUDICIALIDADE. SÚMULA 52/STJ. RECURSO PARCIALMENTE PREJUDICADO E DESPROVIDO.**

1. Ressalvado o entendimento do Supremo Tribunal Federal, proferido no HC n.º 126.292/SP, relativo à condenação já confirmada em segundo grau, esta Corte entende que a prisão cautelar - anterior à sentença condenatória definitiva - deve ser concretamente fundamentada, nos termos do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

2. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. A custódia cautelar foi decretada especialmente pela necessidade da garantia da ordem pública. Foram invocadas as circunstâncias do delito, cometido por policial militar, por motivo torpe (o fato de a vítima permanecer leal à facção criminosa 'Comando Vermelho' e não querer mudar para a 'Terceiro Comando Puro').

*Destacou-se a desenvoltura, destreza e frieza da conduta, dado o modus operandi utilizado. A Corte estadual ainda asseverou o alto grau de periculosidade do paciente.*

*3. Ao indeferir a revogação da medida extrema, embora tenha feito menção ao parecer ministerial, o Juiz justificou o decisum, haja vista que nada de novo foi trazido, com menção aos depoimentos da testemunha e da vítima. Não se trata de fundamentação per relationem e inexistente nulidade.*

***4. Se a ação penal já está em fase de alegações finais, tendo sido encerrada a instrução criminal, incide a Súmula nº 52 desta Corte.***

*5. Recurso ordinário parcialmente prejudicado e, no mais, desprovido." (RHC 95.420/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 13/08/2018; sem grifos no original.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora